

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: 01/05/2013 a 31/05/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

De antigo império da soja à maior favela rural no interior do Brasil. Germano Oliveira – O Globo, País. 04/05/2013	4
Disputas judiciais emperram processo de reforma agrária no país. Catarina Alencastro – O Globo, País. 04/05/2013	5
Olhar o presente. Denis Lerrer Rosenfield – O Globo, Opinião. 06/05/2013.....	7
Reivindicações de Reforma Agrária são negociadas com o MDA. Verônica Tozzi – Site da Confederação dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 07/05/2013.....	9
Assentamento criado pelo Incra soluciona conflito agrário de vinte anos e serve de novo modelo – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/05/2013.....	11
Assentamento inaugura nova forma de implantação de projetos de reforma agrária em Sergipe – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/05/2013.....	13
Mulheres conquistam protagonismo na reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/05/2013	14
MDA, Incra e CNJ se reúnem para agilizar processos de obtenção e padronização de cartórios – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/05/2013 ..	16
“O conflito de Felisburgo só acaba com a Reforma Agrária”, diz Silvio Netto – Site do MST. 16/05/2013.....	17
Judiciário impede a desapropriação de 237 áreas e trava a Reforma Agrária. José Coutinho Júnior – Site do MST. 16/05/2013.....	20
MDA capacita agricultores capixabas para acessar políticas fundiárias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/05/2013.....	22
RN: Incra realiza nova vistoria que agiliza e qualifica criação de assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/05/2013 ..	23
Trabalhadores rurais cobram reforma agrária em protesto em Brasília – Folha de São Paulo, Poder. 22/05/2013	23
Conama retira a obrigatoriedade de licenciamento prévio dos assentamentos da reforma agrária – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 23/05/2013.....	24
Incra conquista posse de novos imóveis e avança na consolidação de território quilombola em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/05/2013.....	25
Terra Legal entrega 300 títulos a agricultores da fronteira durante Rondônia Rural Show – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/05/2013.....	26

SP: Decisão do STJ impede despejo de famílias em fazenda desapropriada pelo Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/05/2013.....	27
AGU e Procuradoria Especializada do Incra garantem rito sumário em desapropriação na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/05/2013.....	27

De antigo império da soja à maior favela rural no interior do Brasil. Germano Oliveira – O Globo, País. 04/05/2013

Assentamento em MS é símbolo de reforma agrária fracassada, sem assistência técnica

PONTA PORÃ (MS) — O ex-militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Ilmo Ivo Braun, um catarinense de 64 anos, mal consegue caminhar. O pé inchado não o deixa andar pela lavoura de milho, plantada em seu pequeno lote de seis hectares, recebido a título de reforma agrária. Ele mora sozinho, sem filhos, na casinha sem reboco, construída com os R\$ 15 mil recebidos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), há 11 anos. Esse foi o único subsídio recebido desde que ele obteve a terra, depois de passar um ano acampado numa barraca de lona à espera do tão sonhado quinhão de terras. Sem apoio para plantar, Ilmo arrenda o lote para grandes fazendeiros da região. Dinheiro que complementa os R\$ 678 que ganha de aposentadoria.

O arrendamento é ilegal. Mas foi a alternativa que encontrou para não cometer o mesmo crime de vizinhos, que aceitaram a tentadora oferta de R\$ 150 mil para vender a propriedade.

— Lutei para ter este lote. Não vendo por nada. Seria pior se estivesse na cidade. Já teria morrido de fome. Aqui tenho uns porquinhos e umas galinhas. Vou morrer aqui — prevê Ilmo, um dos agricultores que receberam lotes no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, na divisa com o Paraguai, como parte do maior projeto de reforma agrária implantado no país.

Pequenos agricultores não têm crédito e assistência

Ilmo é um exemplo acabado de que a reforma agrária fracassou no local. O governo gastou R\$ 245 milhões para desapropriar a área de 50 mil hectares da Fazenda Itamarati, que pertencia ao então “rei da soja” Olacyr de Moraes. Com o empresário à beira da falência, o local foi invadido pelos sem-terra em 2000 e lá foram assentadas pelo Incra a partir de 2002 um total de 2.837 famílias ligadas ao MST, à CUT, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) e à associação dos ex-funcionários da propriedade. O Incra perdeu o controle da imensa área, jogando as 16 mil pessoas que lá habitam hoje a toda sorte de infortúnios.

Sem financiamentos ou assistência técnica, os pequenos agricultores não conseguem sobreviver da lida no campo. Até traficantes de drogas arrendam terras por lá. Tem fazendeiro que arrenda até 15 lotes. Para sobreviver, pelo menos 2.000 famílias de assentados recebem Bolsa Família, segundo o prefeito de Ponta Porã, Ludimar Novaes (PPS).

A pobreza do campo ganhou ares de favela na área de 400 hectares que o Incra reservou para ser a vila urbana do assentamento, hoje administrada pela Associação dos Moradores do Assentamento Itamarati (Ampai), com 360 famílias, que moram em

barracos sem luz, sem água encanada e com ruas esburacadas. Quase todos ali são invasores, como diz o presidente da Ampai, José Roberto Roberval Barbosa Leila.

— O problema maior é a falta de apoio do Incra. Estou assentado aqui há oito anos e só no ano passado consegui um financiamento de R\$ 21 mil do Pronaf. Muitos passam fome, vivem de Bolsa Família ou cestas básicas dadas pelas igrejas e acabam vendendo os lotes para morar na cidade e lá trabalhar como ajudante de pedreiro — resume Barbosa Leila.

O Incra promete iniciar este ano, com atraso de três anos, a titulação das terras, que ainda pertencem à União. Sem documentação, os bancos não liberam financiamentos.

Esse é o caso de José Brasil dos Santos, há oito anos no lote. Nunca conseguiu financiamentos.

— Meu pai pensa em arrendar a terra. Este ano meu tio plantou milho aqui, o que deu uma pequena renda, mas só para a gente não passar fome — diz seu filho José Carlos dos Santos.

MPF denunciou “imobiliária”

Além da dificuldade para a obtenção de empréstimos, o próprio Incra paralisou a análise de novos projetos no estado há três anos, depois que o órgão mergulhou numa profunda crise. O ex-superintendente Waldir Cipriano Nascimento, demitido em agosto de 2010, chegou a ser preso na “Operação Tellus”, desencadeada pela Polícia Federal e Ministério Público Federal (MPF) contra a venda de lotes da reforma agrária no Sul do estado. O desvio apurado no esquema é de R\$ 12 milhões. No Itamarati, o escritório do Incra está inativo há dois anos.

Os que conseguem sobreviver da agricultura e ter renda melhor são os que se dedicam à produção de gado e leite. Muitos venderam seus lotes. Estima-se que 1.200 famílias, ou 40% do total assentadas, já comercializaram lotes, mas o Incra só admite que 550 negociaram as terras. No fim do ano passado, o MPF denunciou integrantes do que chamou de uma “imobiliária” que comercializava lotes.

A antiga fazenda Itamarati, transformada no maior assentamento agrário do país, foi praticamente destruída. Silos e armazéns de grãos estão apodrecendo. A casa-sede da fazenda hoje é ocupada pelos padres do assentamento. A prefeitura de Ponta Porã aguarda até o dia em que o Incra conceda a área para o município. Ali, quer que nasça uma nova cidade.

Disputas judiciais emperram processo de reforma agrária no país. Catarina Alencastro – O Globo, País. 04/05/2013

Casos envolvem 234 imóveis; donos questionam valores que o governo se dispôs a pagar

BRASÍLIA — Pressionado para acelerar a agenda da reforma agrária, o governo esbarra num problema judicial que o impedirá de cumprir a demanda da agricultura familiar, que espera ver 100 mil novas famílias assentadas este ano. O pleito foi entregue no último dia 24 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) à presidente Dilma Rousseff.

Mas o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, admitiu ser impossível cumprir a expectativa. Dos 523 imóveis rurais em fase de obtenção pelo Incra, responsável pelos assentamentos rurais, 234 têm disputa na Justiça. A maior parte dos casos é de questionamentos de proprietários que estão sendo despejados por improdutividade e discordam do valor que o governo se propôs a pagar.

Segundo o presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes, esse entrave judicial custa ao órgão pelo menos R\$ 485,5 milhões. O valor representa mais da metade do orçamento anual do órgão, que este ano soma R\$ 720 milhões para obtenção de terras. A meta anual do Incra é assentar 30 mil famílias, total que pode ser beneficiado com os imóveis que estão parados nos tribunais.

— Temos parados 234 imóveis. Isso soma 500 mil hectares, praticamente um ano de trabalho parado. A situação vai se arrastando e a gente fica impotente sobre que tipo de solução dar — diz.

Os processos parados se referem a só uma parcela dos imóveis com questionamento judicial, 177 áreas para as quais o Incra já depositou recursos para pagar o título da dívida agrária. Há ainda 57 imóveis com questionamento judicial e outros 55 assentamentos, cuja criação depende do rito sumário, dispositivo que obriga o juiz a decidir em até 48 horas sobre o tema. Só esses processos de rito sumário envolvem 85 mil hectares e 2,5 mil famílias.

Um caso emblemático é o da Usina Cambayba, em Campo dos Goytacazes, no Norte Fluminense. O processo de desapropriação para regularizar a situação das 1.300 famílias assentadas completa 14 anos parado na Justiça. Em agosto passado, o Incra conseguiu autorização judicial para fazer avaliação do imóvel, mas desde fevereiro deste ano aguarda o cumprimento do rito sumário, que deveria ter sido dado há quase três meses.

Há pelo menos quatro processos sem solução há 15 anos, mesmo o governo já tendo gasto com eles R\$ 3,01 milhões em títulos da dívida agrária. Esses imóveis somam 19.867 hectares e poderiam acomodar 304 famílias.

Posse de terras em disputa

Outro problema é o questionamento sobre o título da terra. Ocorre na Amazônia, que teve ocupação incentivada pelo governo, na ditadura militar, por meio da distribuição de terras. A União está levantando caso a caso o cumprimento das exigências feitas ao titular na época da concessão. Em Rondônia, há, segundo o governo, 15 casos em que a posse da terra está em disputa.

— Hoje, quando vamos questionar se o proprietário cumpriu o que estava previsto no título, ele entra na Justiça, alegando que não existem elementos para aferir se ele cumpriu ou não uma cláusula estipulada 40 anos atrás — apontou Carlos Guedes.

Um caso dessa natureza é o assentamento Esperança, em Anapu (PA), onde a irmã Dorothy Stang foi assassinada. Guedes conta que o assentamento só foi regularizado após a morte da missionária, quando a Justiça deu ganho de causa ao Incra.

Olhar o presente. Denis Lerrer Rosenfield – O Globo, Opinião. 06/05/2013

O governo Dilma, principalmente através do Incra, tem dado mostras de posturas cada vez mais técnicas e menos ideologizadas

Há o tempo da crítica, há o tempo do elogio. Mudanças devem ser não apenas constatadas, mas bem-vindas. Ilude-se quem pensa que a conservação de uma mesma postura, sobretudo quando eivada de preconceitos ideológicos, deve ser mantida a qualquer custo, sob pena de produzir efeitos nocivos para o país. O governo Dilma, no Ministério do Desenvolvimento Agrário e, principalmente, através do Incra, tem dado mostras de posturas cada vez mais técnicas e menos ideologizadas.

Se anteriormente o INCRA era um foco de radicalismo agrário que procurava infernizar a vida dos produtores rurais, prejudicando a agricultura e a pecuária, atualmente observa-se uma mudança voltada para o interesse maior dos brasileiros em geral. Nada ganha quem radicaliza. Tudo ganha quem se abre para o diálogo.

Se antes era literalmente impensável um diálogo entre o INCRA e a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), este se tornou corriqueiro, com visitas recíprocas e tentativas de mútua compreensão. Permanecer vendo esse órgão governamental como um centro de obstáculos e controvérsias da vida rural, significa desconhecer a própria realidade. O diálogo por corriqueiro não pode ser desconhecido. Pelo contrário, ele é o signo de amadurecimento do país.

Os que se aferram a preconceitos não souberam perceber a postura inovadora da presidente Dilma ao denunciar não apenas a existência de uma "favelização rural" nos assentamentos da Reforma Agrária, como também a de propor uma nova política. Política essa que deveria estar voltada para a produtividade dos assentamentos rurais, tirando-os de uma situação de miséria e penúria, dotando-os de meios para um futuro de predominância e desenvolvimento da agricultura familiar. Rompeu com coragem uma inércia que se propagava por vários anos.

Houve críticas de que o atual governo estaria abandonando a Reforma Agrária via diminuição das desapropriações. Trata-se de qualificar os assentamentos existentes. Assentados devem ser apoiados para que se tornem agricultores familiares, detenham títulos de propriedade mediante emancipações e tenham condições favorecidas para o

crédito rural e para a aquisição de sementes e maquinários. Assentados devem estar integrados a uma economia de mercado.

O INCRA está atualmente também desenvolvendo uma nova agenda de "Governança Fundiária", voltada para a segurança jurídica dos empreendedores rurais. Se há algo que as pessoas envolvidas no mundo das finanças e da indústria não viam, por vivenciarem uma outra realidade, é que a insegurança paira sobre a agricultura, a pecuária e o agronegócio em geral. E é precisamente essa questão que está sendo objeto de uma atenção especial.

Com efeito, muitas vezes foi observado corretamente que a extensão do Brasil não bate com os registros das propriedades rurais, como se o conjunto dessas não devesse coincidir com os limites de nossas fronteiras. Haveria dois Brasis, o físico e o cartorial. Os detentores de direitos legítimos devem ser reconhecidos. Note-se que essa mesma preocupação está se traduzindo por um trabalho extremamente importante levado a cabo pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), verificando, analisando e propondo medidas de alterações nos Registros de Imóveis do país. Deve haver um único Brasil!

O trabalho do INCRA está aqui focado em três pontos: a) fornecimento de novos produtos e serviços visando a regularizar as ocupações e dirimir conflitos entre proprietários no que diz respeito aos limites de suas propriedades; b) controle da sociedade sobre os dados cadastrais e cartográficos, em um esforço de transparência que começa, inclusive, a ser acessado eletronicamente; c) novo arranjo institucional que integre o uso da malha fundiária e dos dados existentes sobre o domínio da terra.

Recentemente, a Comissão de Assuntos Fundiários da CNA trabalhou conjuntamente com o INCRA na simplificação da análise dos processos de certificação de imóveis rurais, trabalho esse que contou, inclusive, com o apoio do Exército Brasileiro. Hoje já existem mais de 116 milhões de hectares de imóveis rurais cujos proprietários podem registrar nos cartórios com a segurança de que não se sobrepõem a outros.

Uma nova metodologia de simplificação da certificação foi implementada em novembro de 2012. Seus resultados são visíveis. De 25 análises diárias, o número saltou para 140 imóveis por dia. Ainda nesse semestre, entrará em operação um sistema eletrônico de recepção e aprovações de imóveis georreferenciados, que permitirá a aprovação automática da medição da propriedade lançada via internet pelo proprietário ou profissional contratado. Um grande gargalo que atormentava a vida dos produtores rurais começa a ser equacionado.

O Brasil não pode evidentemente conviver com uma base de dados parcial e segmentada no que diz respeito à sua malha fundiária. Tal convivência é fonte de insegurança e obscuridades, cujas zonas de sombra favorecem os que procuram agir à revelia da lei. É, nesse sentido, digno de nota que o novo sistema de certificação de imóveis disponibilizará as informações cartográficas para os cartórios de imóveis, facilitando e viabilizando os registros. O país terá uma integração inédita de diferentes bases de dados, com menor burocracia e maior transparência, graças a esse trabalho

conjunto da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), do INCRA, do Exército, do Ministério da Agricultura e Pecuária e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

De lado e outro há os que se recusam a reconhecer todo um novo trabalho em curso. Há os que desconhecem a implementação dessa nova política, voltada para o acesso público de dados, a transparência, a eficiência e controle social exercido pelos próprios proprietários. Há os que continuam apostando numa radicalização do processo político, procurando instrumentalizar o INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Olhar ideologicamente para o passado e desconhecer o presente impede caminhar para o futuro.

Reivindicações de Reforma Agrária são negociadas com o MDA. Verônica Tozzi – Site da Confederação dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 07/05/2013

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, recebeu uma comissão composta por diretores(as) e assessoria da CONTAG, na tarde desta terça-feira (6 de maio), para negociar os pontos da pauta do 19º Grito da Terra Brasil que referem-se à reforma agrária, ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, à regularização fundiária, dentre outros.

A audiência também foi acompanhada pelo presidente do INCRA, Carlos Guedes, pelo secretário executivo do MDA, Laudemir Müller, pelo secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida, e pelo secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Sérgio Roberto Lopes.

Primeiramente, o presidente da CONTAG, Alberto Broch, destacou a atenção que o ministro está dispensando à negociação da pauta e reafirmou que a reforma agrária e o crédito fundiário são fundamentais para o desenvolvimento do país. "Infelizmente, o debate sobre a reforma agrária está sufocado no país e dentro do próprio governo. Estamos abertos para fazer um debate interno também, dentro do nosso movimento sindical, até para propor algo novo, aliando a questão ambiental, a produção, dentre outros aspectos. Afinal, não concebemos o nosso projeto político sem a expansão da agricultura familiar."

Broch pontuou também as reivindicações de medidas para a convivência com o Semiárido brasileiro, do desenvolvimento dos atuais assentamentos e de regularização fundiária. "Portanto, queremos extrapolar o nosso diálogo para avançar nessas e em outras políticas. Nesse sentido, reforçamos a importância de termos um momento de negociação diretamente com a presidenta Dilma."

O secretário de Política Agrária da CONTAG, Zenildo Pereira Xavier, trouxe outros elementos para contribuir com a negociação e destacou a importância de se avançar na política de reforma agrária. "A reforma agrária não pode ser apenas um discurso, tem que ser uma política efetiva. Contamos com o apoio do governo para avançarmos."

Em seguida, a assessoria da CONTAG detalhou os pontos da pauta. A Confederação reivindica o assentamento de 100 mil famílias e, para isso, apresentou 459 áreas para desapropriação para fins de reforma agrária, identificadas pelas federações. Outro ponto é a necessidade de revisão do valor limite por família, onde em muitos estados é um impedimento para a realização da reforma agrária. Outra questão reivindicada é a reestruturação do INCRA e MDA, com estrutura e contratação de novos servidores.

PNCF

A CONTAG reivindica o benefício do Programa Nacional de Crédito Fundiário para 30 mil famílias. Essa meta foi estipulada levando em consideração que a ação do programa está limitada com o valor do teto atual. A proposta é elevá-lo para R\$ 120 mil por família, além de estabelecer um teto regional. Também está na pauta a construção de um plano de recuperação das unidades produtivas.

Foram apresentados ainda os itens referentes aos créditos rurais para a reforma agrária e a pauta de combate à violência no campo, que deve dialogar com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "Precisamos discutir com o CNJ também o perfil dos juízes para as Varas Agrárias", defende a Confederação.

INCRA

O presidente do INCRA, Carlos Guedes, apresentou algumas mudanças internas que já estão sendo feitas para melhorar o trabalho do instituto. "A CONTAG traz uma contribuição muito grande sobre a forma de fazer reforma agrária atualmente, de forma mais dinâmica, pois vivemos outra realidade. Vivemos outro padrão de ocupação", reconheceu.

Ele debateu também a questão da atualização dos índices de produtividade. "Precisamos sentar com vocês para saber se as áreas que apresentaram têm algum problema com produtividade ou se o impeditivo é outro. Já adiantamos que a nossa meta, para esse semestre, é de pagar 115 áreas. Desse total, 45 são da CONTAG. Agora, precisamos tratar dessas áreas emergenciais."

Guedes informou que o governo optou por dialogar com os movimentos sociais sobre o tipo de assentamento a ser criado, evitando a inviabilidade dos mesmos. Quanto ao CAD Único, o presidente do INCRA explicou que ele não será o único instrumento para a seleção de famílias a serem assentadas. "A partir do CAD Único as famílias poderão acessar outras políticas, como o Bolsa Família e o Brasil Carinhoso, por exemplo". Já o ministro esclareceu que, para ser assentada, a família precisa estar no cadastro do INCRA.

Guedes disse ainda que existe a meta de contratação, em 2013, de 30 mil moradias pelo

Minha Casa Minha Vida, e outras 43 mil para 2014. Quanto à assistência técnica, a meta é de atingir mais de 300 mil famílias.

Já Pepe Vargas informou que o MDA está solicitando uma audiência com o presidente do CNJ e do STF, Joaquim Barbosa, para tratar de óbice judicial de terras que estão sendo direcionadas para assentamento.

REORDENAMENTO AGRÁRIO

O secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida, aproveitou a audiência para adiantar algumas respostas. Ele disse que o governo está avançando bem na titulação de terras. “É bem possível chegar à meta de 100 mil famílias reivindicadas.”

Ele lembrou do avanço conquistado na última revisão do PNCF. No entanto, já acenou para a dificuldade de haver mais mudanças no momento. “Se houver outra mudança no programa, causará em uma maior paralisação na contratação de novos projetos.” Adhemar comemorou a grande adesão de agricultores à renegociação das dívidas. A SRA/MDA espera que 80% dos projetos com algum tipo de inadimplência façam a adesão.

AMAZÔNIA LEGAL

O secretário da Serfal, Sérgio Lopes, informou que houve melhoria na regularização em áreas de fronteira. “Houve um crescimento de 286% de titulação de terras. A meta agora é fazer 18 mil titulações.” No entanto, disse que é preciso avançar nas áreas inalienáveis. Além disso, uma das prioridades da Secretaria será a resolução dos problemas com regularização no estado de Rondônia.

O presidente da CONTAG, Alberto Broch, avaliou positivamente esta primeira audiência do 19º GTB com o ministro do MDA. “A reunião foi bem produtiva e já saímos com algumas decisões. Esperamos avançar ainda mais nas próximas negociações”. As negociações com este Ministério continuam até a realização do Grito da Terra, no dia 22 de maio.

Além de Alberto Broch e de Zenildo Pereira Xavier, a audiência contou com a presença do vice-presidente e secretário de Relações Internacionais, Willian Clementino, do secretário de Finanças e Administração, Aristides Santos, da secretária Geral, Dorenice Flor, do secretário de Assalariados(as) Rurais, Elias D’Angelo Borges, da secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Mazé Moraes, e da secretária de Terceira Idade, Lúcia Moura.

Assentamento criado pelo Incra soluciona conflito agrário de vinte anos e serve de novo modelo – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/05/2013

Nesta quinta-feira (9), representantes do Incra e do Governo do Estado da Bahia foram

recepcionados com festa por mais de 700 trabalhadores rurais para a cerimônia de criação do projeto de assentamento Rosa do Prado, no município de Prado, Extremo Sul da Bahia.

O presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, ressaltou que a medida encerra um conflito agrário entre trabalhadores rurais e empresas produtoras de celulose da região que já durava vinte anos. "O Rosa do Prado simboliza dois grandes esforços pela reforma agrária: um deles é a luta dos movimentos sociais, o outro é a persistência técnica do Incra em viabilizar o acesso à terra pelas famílias", considerou Guedes.

Após a assinatura, o presidente da autarquia federal apresentou as etapas para a consolidação do assentamento e se comprometeu com as famílias presentes a executar a nova metodologia. "Saibam que este é o compromisso não só do Incra, mas do Governo Federal. Esperamos que o Rosa do Prado seja exemplo. Agora todos os assentamentos terão cronograma para a chegada das políticas públicas", ponderou.

CAD Único

Na ocasião também foram firmados convênios entre o Incra e prefeituras da região para acesso a políticas públicas de combate a pobreza rural no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. A prefeita de Prado, Mayra Brito, ressaltou a importância da parceria entre Incra e prefeituras para os trabalhadores rurais e a região. "Para a gente esta medida é importante. Para os agricultores é mais ainda. O cadastrado no CAD Único facilita a regularização projetos e parcerias e, enquanto gestor, nós prefeitos estamos mais próximos dos agricultores e trabalhadores rurais e assentados. É importante esse relacionamento para fazer esta ponte com o Governo Federal"

Maura Brito enfatizou a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Alimentação Escolar (Pnae), ambos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para melhorar a renda dos assentados e a alimentação escolar no município.

Já o superintendente do Incra na Bahia, Luis Gugé, assinou o compromisso de ações da Superintendência do órgão na Bahia para o biênio 2013 e 2014 e considerou a criação do assentamento um marco para a reforma agrária no sul da Bahia. "Nesta região há um avanço muito forte do agronegócio do eucalipto, da pecuária leiteira da pecuária de corte, e de cana-de-açúcar. O Rosa do Prado é uma área fantástica para a produção e simboliza 19 anos de luta dos trabalhadores rurais da região e uma conquista do trabalho do MDA/Incra, que reverteram um processo travado fazia anos na esfera judicial", ressaltou o superintendente do INCRA na Bahia.

Parceria

Pelo Governo da Bahia, o secretário de Relações Institucionais do Estado, César Lisboa, ressaltou a parceria com os movimentos sociais e a disposição para negociar por mais terras para a reforma agrária na região. Lisboa enfatizou a importância de garantir a

educação para os assentados e se comprometeu em apoiar a criação de escola fundamental no assentamento, auxiliando a prefeitura na contratação de professores.

"Se tem algo que meus pais deixaram para mim foi a educação e sei a importância que ela tem em nossas vidas. Assumo o compromisso de buscar junto à prefeita de Prado os recursos para efetivar uma escola fundamental no Rosa do Prado. Só não vamos inaugurar porque quem inaugura escola é aluno e professor em sala de aula", disse Lisboa.

Já o deputado Walmir Assunção se disse emocionado com a conquista e enfatizou a importância da mobilização social para assegurar o acesso a políticas públicas. "É muita emoção ver esta conquista. Foram 20 anos de luta e 19 despejos, entre os quais muitos trabalhadores foram presos, perseguidos e humilhados e mais de 50 acampados não puderam viver para ver esta conquista. Do mesmo jeito que este assentamento é uma referência de resistência, que ele possa ser um exemplo de produção, de educação e de organização dos agricultores familiares", declarou Assunção.

Participaram ainda do evento a secretária de Políticas para as Mulheres da Bahia Lúcia Barbosa, o prefeito de Teixeira de Freitas João Bosco Bittencourt além de prefeitos, vereadores e lideranças de trabalhadores rurais do Extremo Sul da Bahia.

Assentamento inaugura nova forma de implantação de projetos de reforma agrária em Sergipe – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/05/2013

A longa espera que marcou as vidas de Rosemary dos Santos, 26 anos, e de sua filha Katlen, de apenas quatro anos, chegou ao fim. "Foi muito sofrimento. Fiquei grávida, tive minha filha e vivi quase cinco anos debaixo de uma lona quente, à beira da estrada. Mas valeu a pena, hoje o sonho foi realizado", afirmou a agricultora.

Nesta sexta-feira (10), no Alto Sertão Sergipano, ela e outros 44 novos beneficiários da reforma agrária acompanharam a assinatura, pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes e o superintendente regional da autarquia, Leonardo Góes, da portaria de criação do 29º projeto de assentamento do município de Canindé do São Francisco.

Batizado como Colônia Agrícola Daniel Ricardo dos Santos, o assentamento é o primeiro de Sergipe criado sob o novo modelo de implantação estabelecido pelo Incra. "Em dois anos, vamos dotar esse assentamento de toda a infraestrutura e de todo o apoio técnico necessário para que as famílias possam desenvolver a sua produção. Esse é um compromisso que nós estamos assumindo", adiantou o presidente do Incra.

Guedes ressaltou a importância das parcerias celebradas entre o Instituto e prefeituras para acelerar o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. "Hoje, temos condições

de dar a terra e garantir a assistência técnica, fechando parcerias com as prefeituras que compram alimentos e nos ajudam a melhorar a infraestrutura dos nossos assentamentos. Essa é a reforma agrária que queremos, abrindo porteiras e criando oportunidades", frisou o presidente.

Diálogo

O ministro Pepe Vargas enfatizou a importância do diálogo com os movimentos sociais, o que está permitindo muitos avanços na política de reforma agrária. "Movimento social mobilizado e organizado é nosso parceiro. Nos ajuda demais a mudar a realidade social desse país", salientou.

Na avaliação do ministro, a criação do assentamento demonstra, mais uma vez, o esforço do Governo Federal em criar novas áreas de reforma agrária, sem abrir mão de qualificar as já existentes. "Não há contradição entre qualificar assentamentos e criar novos projetos de reforma agrária. Vamos seguir lutando pelo desenvolvimento dos assentamentos, sem deixar de buscar novas áreas."

O vice-governador de Sergipe, Jackson Barreto, destacou as mudanças instituídas pelo Incra na reforma agrária, que agora vem junto com outras políticas de governo - como os programas Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, Água para Todos, PAC Equipamentos, além das condições de produção. "O país só será independente quando o povo puder comer e exportar. Esse é o caminho que o Brasil está trilhando", ressaltou.

981 hectares

O assentamento Colônia Agrícola Daniel Ricardo dos Santos foi criado sobre a área da antiga Fazenda Japão e possui 981 hectares. É fruto de convênio estabelecido entre o Incra e o governo de Sergipe em 2007 e que viabilizou a destinação de 29 áreas para a reforma agrária. As 45 famílias beneficiadas com lotes no assentamento serão atendidas por equipes de assistência técnica do Incra desde a implantação do projeto.

Mulheres conquistam protagonismo na reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/05/2013

Elas plantam, aram, cuidam, colhem, preparam e administram com carinho o produto que alimenta a família. Pelas mãos da mulher passam o sustento e a renda dos assentados da reforma agrária. Segundo o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mais de um milhão de famílias vivem em assentamentos no Brasil. Nesses lares é comum encontrar mulheres que, além de administrar a casa e o cultivo de alimentos, desenvolvem atividades em alguma forma de organização produtiva.

Aos 45 anos, Adelina da Rosa, por exemplo, se descobriu artesã. Por meio de cursos de bordado, crochê e renda oferecidos pela assistência técnica da Emater/RS na região do Médio Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, onde mora, a assentada aprendeu técnicas

que se tornaram fonte extra de renda para a família. Hoje, aos 58 anos, Adelina faz parte do Grupo Arte e Cultura, formado por 17 mulheres dos projetos de assentamento Novo Gramado e Trindade, vendendo produtos em feiras e propriedades dos municípios de Gramado dos Loureiros e Trindade do Sul (RS).

“É um orgulho muito grande ver o resultado do nosso trabalho. Começou como um curso, mas hoje é quase uma terapia”, comemora Adelina, que também trabalha na lavoura com o marido e os filhos. Criado há 13 anos, o grupo se destacou em setembro de 2012, após adquirir recursos do Apoio Mulher, modalidade de crédito oferecida pelo Inca. Com o valor, foram adquiridas 16 máquinas de costura, além de matéria-prima para a confecção das peças. “A essência do trabalho é artesanal, mas as máquinas auxiliam muito em outras etapas de produção”, explica Adelina.

Crédito

“O Apoio Mulher é uma modalidade de crédito específica para mulheres assentadas, que tem como objetivo apoiar a atividade produtiva desempenhada por elas. O crédito começou com R\$ 2,4 mil e, em 2010, teve um acréscimo, totalizando R\$ 3 mil para cada assentada do grupo”, explica a diretora de Políticas para Mulheres Rurais do MDA, Karla Hora. O objetivo é alavancar o desenvolvimento econômico das assentadas da reforma agrária e serve tanto para implantar uma produção como para melhorá-la. Para receber o crédito, a mulher tem que ser titular do lote da reforma agrária e estar organizada em grupos de, no mínimo, três assentadas.

Inca e MDA desenvolvem uma série de ações para potencializar essa política. Em 2003 foi instituído o processo de titulação conjunta obrigatória, reconhecendo as mulheres como titulares dos lotes da reforma agrária. Em 2007, houve uma mudança nos normativos do Inca para acesso à terra, dando preferência para as chefes de família. “As mulheres têm um importante papel na reforma agrária. Elas desenvolvem atividades produtivas que garantem a soberania alimentar da família e contribuem na sua autonomia, tanto do ponto de vista financeiro como social”, afirma Karla Hora.

Retorno

Para o Grupo Arte e Cultura, a proximidade facilitou a comunicação e o desenvolvimento de atividades em parceria entre as mulheres. Separados somente por um pequeno riacho, os assentamentos ocupam uma área de 600 hectares, cada. Com o desenvolvimento do projeto, algumas mulheres repensaram a ideia de deixar sua propriedade em busca de emprego nas cidades vizinhas e enxergaram na atividade uma oportunidade de ter renda igual ou superior com o artesanato, sem sair de casa.

A história de Leandra da Rosa, filha da assentada Adelina, retrata esse processo. Hoje artesã do mesmo projeto da mãe, Leandra preferiu deixar a zona urbana onde vivia para trabalhar com o grupo. “Antes eu trabalhava em uma fábrica de costura em Blumenau (SC). Aqui, eu tenho mais tempo para ficar com meu filho e poder estudar”, conta a artesã. Leandra hoje faz um curso de Técnica em Agroindústria a distância na

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Desde 2011, o grupo participa da Expodireto, feira agropecuária anual no município de Não Me Toque (RS). Tudo o que é produzido é comercializado com facilidade.

MDA, Incra e CNJ se reúnem para agilizar processos de obtenção e padronização de cartórios – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/05/2013

Remover os obstáculos que impedem o processo de obtenção de terras para a reforma agrária e consolidar a regularização fundiária, sobretudo na Amazônia, garantindo celeridade e segurança jurídica nos dois processos. Foi com este entendimento que o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa, o Ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino Silva, e o presidente do Incra, Carlos Guedes, se reuniram nesta segunda-feira (13), no gabinete do presidente do STF, em Brasília (DF).

A audiência buscou consolidar iniciativas do Executivo e do Judiciário para aprimorar a regularização de glebas públicas federais na Amazônia Legal, bem como a consolidação da jurisprudência em âmbito nacional, sobre processos relativos à Lei Complementar 76, de 1993- que trata do rito sumário de desapropriação de imóveis rurais por interesse social, para fins de reforma agrária.

Aguardando decisões

Na audiência foi abordada a situação de 234 imóveis, em fase de obtenção, que se encontram com algum questionamento judicial e também a questão de 55 áreas já ajuizadas, que aguardam apenas a imissão de posse pela Justiça Federal para que os assentamentos sejam criados. No total, o Incra já depositou em juízo R\$102,4 milhões para o pagamento da terra e das benfeitorias, e aguarda apenas decisão judicial imitando a autarquia federal na posse para criar assentamentos. As novas áreas vão incluir 2,7 mil famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária.

O ministro Pepe Vargas enfatizou a questão da tramitação dos processos de desapropriação para reforma agrária em curso nos Tribunais Regionais Federais. "Vimos trocar algumas impressões com o ministro Joaquim Barbosa para ver como a gente poderia colaborar no sentido de dar mais agilidade, tanto nos processos que são encaminhados por parte do Poder Executivo, como algumas providências que o Judiciário poderia adotar para dar celeridade a esses procedimentos", explicou o titular da pasta do Desenvolvimento Agrário.

Segundo o ministro, o presidente do CNJ se comprometeu a fazer o monitoramento dos processos mais antigos a fim de superar eventuais obstáculos. A jurisprudência do STF em relação ao tema também foi abordada durante o encontro, como um ponto positivo ao aumento da segurança nos processos de desapropriação para reforma agrária. "Trocamos muitas ideias sobre as jurisprudências existentes, para que também os

procedimentos que vêm do Executivo já levem em consideração a jurisprudência, o que facilitaria muito, com certeza", disse.

Cartórios

Outro ponto abordado na audiência foi a proposta de edição de um provimento para orientar os cartórios situados na Amazônia Legal quanto ao registro das glebas públicas federais. A medida vai permitir a efetiva regularização fundiária na região, garantido segurança jurídica, minimizando conflitos agrários e crimes ambientais.

Pepe Vargas destacou alguns avanços já alcançados pela parceria entre os órgãos do Poder Executivo e o CNJ. "Nos últimos anos, houve uma redução importante nos homicídios ligados a conflitos agrários, embora eles ainda existam. E, enquanto existir pelo menos um, nós temos de trabalhar para que não ocorram. Obviamente que um bom andamento do processo judicial também ajuda a dirimir os conflitos no campo", concluiu.

Também acompanharam a reunião o Consultor Jurídico do MDA, André Dantas e o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializado junto ao Incra, Sérgio de Britto.

Reativação

Instituído em 2010 pela Resolução CNJ n. 110, o Fórum de Assuntos Fundiários foi reativado recentemente pelo ministro Joaquim Barbosa. A iniciativa foi oficializada por meio da Portaria 45, publicada em 26 de março de 2013, que nomeou seus novos integrantes.

O Fórum de Assuntos Fundiários tem a atribuição de atuar para reduzir os conflitos no campo, intermediar negociações entre fazendeiros, indígenas e trabalhadores rurais, modernizar os cartórios de registros de imóveis, monitorar os processos de desapropriação para a reforma agrária e combater o trabalho escravo.

“O conflito de Felisburgo só acaba com a Reforma Agrária”, diz Silvio Netto – Site do MST. 16/05/2013

“Já assassinaram 12 trabalhadores rurais sem terra no país, e, por onde avança o agronegócio, se mantém firme o latifúndio, além de aumentar a violência. Uma das consequências disso é a morte destes trabalhadores”, afirma o integrante da direção mineira do Movimento dos Sem Terras – MST.

“O adiamento foi uma manobra política; fizeram com que o juiz adiasse o júri. O juiz se sentiu ameaçado pela mobilização; ele sabia e sabe que a condenação de Adriano Chafik abrirá precedente para que se crie um processo de cobrança de justiça pelas violências que ainda acontecem no campo brasileiro”. A declaração é Silvio Netto, integrante da direção estadual do MST ao comentar o adiamento do julgamento do

fazendeiro Adriano Chafik, acusado de ser o mandante e um dos executores do massacre de Felisburgo, em 20 de novembro de 2004, quando cinco trabalhadores rurais foram assassinados no acampamento Terra Prometida, dentro da Fazenda Nova Alegria, no município de Felisburgo, localizado no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Na entrevista a seguir, concedida à IHU On-Line por telefone, Netto assinala que os trabalhadores rurais estão “acampados em Belo Horizonte em repúdio à postura do poder Judiciário” que, segundo ele, tem uma postura “conivente com a violência no campo, orientada pelo agronegócio e pelo latifúndio”. Após oito anos do massacre, as famílias continuam acampadas no município de Felisburgo aguardando a legalização das terras ocupadas. “Felisburgo é um grande exemplo de que os trabalhadores rurais sem terra não vão arrear um passo da decisão de fazer a reforma agrária, mesmo diante a uma face cruel da envergadura do que foi este massacre”, conclui.

Silvio Netto é integrante da direção do MST de Minas Gerais.

Confira a entrevista:

Como vocês receberam a notícia de que a Justiça de Minas Gerais adiou, pela segunda vez, o julgamento do fazendeiro Adriano Chafik Luedy, acusado de ser o mandante do conhecido massacre de Felisburgo?

Apesar de termos a compreensão de que a Justiça brasileira seja de classe, que atenda à demanda da classe dominante e, portanto, que age de forma a impedir com que os avanços dos trabalhadores aconteçam, o MST fez um grande esforço com seus advogados, com as famílias assentadas e acampadas, para que estes pudéssemos ver, no dia 15-05-2013, a condenação do fazendeiro mandante e um dos executores do massacre de Felisburgo acontecer. Porém, “tomamos uma porrada” muito forte.

Essa decisão foi uma surpresa, especialmente pelo adiamento ter sido anunciado na noite de anteontem (13-05-2013), o que exigiu do MST uma capacidade organizativa muito grande para poder desmobilizar os três mil trabalhadores que estavam vindo para Belo Horizonte, e permitir que ao menos os trabalhadores do acampamento Terra Prometida pudessem se manifestar.

Qual a repercussão dessa decisão?

Fizemos manifestações em todo o estado de Minas Gerais, abrindo pedágios no interior do estado, fechando rodovias, ocupando latifúndios. Nós organizamos manifestações na entrada dos Fóruns, e ontem (14-05-2013) e hoje (15-05-2013) realizamos uma marcha no interior do estado. Os trabalhadores estão acampados em Belo Horizonte em repúdio à postura do poder Judiciário que, em nossa avaliação, tem uma postura conivente com a violência no campo, orientada pelo agronegócio e pelo latifúndio.

O MST, hoje (15-05-2013), em reunião com o juiz, fará três reivindicações. Uma em relação à prisão preventiva de Adriano Chafik, porque manter em liberdade um assassino com o poderio político e econômico que ele tem significa o risco de mais um

massacre em Minas Gerais – as famílias do Vale de Jequitinhonha e Felisburgo continuam sendo ameaçadas.

Outra reivindicação será em relação ao assentamento das famílias, porque para o MST existe uma irresponsabilidade por parte dos governos ao não se manifestarem diante de um ataque do Judiciário e por não desapropriarem a área de Nova Alegria.

Por outro lado, o poder Judiciário vem tentando impedir, com várias manobras jurídicas, que o assentamento das famílias aconteça na antiga fazenda Nova Alegria, no acampamento Terra Prometida, no município de Felisburgo.

E uma terceira reivindicação será feita em relação à remarcação imediata do julgamento, porque não é possível que quase depois de nove anos de impunidade o poder Judiciário não tenha condições de marcar um júri para condenar um fazendeiro que matou cinco pessoas e feriu dezenas, e que até hoje está solto.

Segundo notícias da imprensa, o julgamento foi adiado porque o juiz Glauco Soares Fernandes atendeu ao pedido do advogado dos réus, Antônio Francisco Patente, para ouvir 60 testemunhas em uma audiência realizada no dia 14-05-2013, na Comarca de Jequitinhonha. Como vê essa decisão?

O adiamento foi uma manobra política; fizeram com que o juiz adiasse o júri. O juiz se sentiu ameaçado pela mobilização; ele sabia e sabe que a condenação de Adriano Chafik abrirá precedente para que se crie um processo de cobrança de justiça pelo tanto de violência que ainda acontece no campo brasileiro. Só para você ter ideia, esse ano já assassinaram 12 trabalhadores rurais sem terra no país, e, por onde avança o agronegócio, se mantém firme o latifúndio, além de aumentar a violência. Uma das consequências disso é a morte destes trabalhadores.

Oito anos depois do massacre, as famílias ainda vivem no assentamento sem a regularização das terras, esperando que a área seja desapropriada. Como está essa questão?

Fico impressionado com a coragem dessas famílias organizadas pelo MST lá no município de Felisburgo. Depois de viverem o inferno na terra, de passarem por um dos massacres mais cruéis na história do país, eles reocuparam a área e, hoje, o Acampamento Terra Prometida é responsável pela produção de 70% do alimento consumido em Felisburgo. No acampamento, temos rádio comunitária, escola, biblioteca, um bom debate com as famílias. Felisburgo é um grande exemplo de que os trabalhadores rurais sem terra não vão arredar um passo da decisão de fazer a reforma agrária, mesmo diante a uma face cruel da envergadura do que foi o massacre de Felisburgo.

Há um processo correndo na Justiça Federal para regularizar essa área, mas, paralelamente a isso, os governos já deveriam ter assinado e desapropriado essas terras por interesse público social do Estado para a reforma agrária.

Pesquisa feita pela Comissão Pastoral da Terra – CPT em 2011 aponta que apenas 8% dos casos de assassinatos ocorridos desde 1985 em conflitos agrários foram julgados, pelo menos em primeira instância, até abril de 2011. A que você atribui isso? Há um aumento ou continuidade da violência no campo ao longo desses anos?

Existe uma carta branca do Estado brasileiro para a violência no campo, para que ela não cesse. Portanto, o Estado brasileiro é conivente com o aumento da violência no campo e com as mortes que vêm acontecendo. Nós, do MST, não temos dúvida: o conflito do povo brasileiro só será encerrado com a reforma agrária.

Como a questão da terra é abordada em Minas Gerais?

Em Minas Gerais ainda há presença de latifúndios, e um avanço grande de empresas multinacionais de agronegócio no Triângulo Mineiro e na região sul do estado. Em outras regiões predominam grandes empreendimentos de barragens e mineração. Então, fazer a luta pela reforma agrária em MG é fazer a luta por outro modelo no campo, diferente do modelo hegemônico e apoiado pelo Estado brasileiro, do agronegócio, da mineração e das barragens. Nós já apresentamos um projeto popular para o campo e esse projeto precisa ser implementado com luta social, a qual não vai sessar enquanto isso não acontecer.

Os manifestantes do MST exigem a remarcação da data do julgamento. Já há previsão?

Hoje em audiência com o juiz foi sinalizada nova data para agosto, mas ainda não há nada oficial.

Judiciário impede a desapropriação de 237 áreas e trava a Reforma Agrária. José Coutinho Júnior – Site do MST. 16/05/2013

O Poder Judiciário tem sido um dos principais opositores do processo de Reforma Agrária no Brasil.

Além de autorizar ações violentas de despejo contra camponeses acampados e evitar ao máximo a condenação de latifundiários que cometeram crimes contra os trabalhadores rurais, o Judiciário é um dos grandes responsáveis por áreas já desapropriadas que ainda não se tornaram assentamentos por causa de trâmites na justiça.

Estudo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aponta que 531 áreas têm processos de desapropriação que tramitam no Judiciário. Do total, 237 estão paradas há anos nos tribunais por “óbice judicial”, uma ação jurídica utilizada para suspender o processo de desapropriação.

No caso das áreas de assentamentos, essa mesma ação geralmente é perpetrada pelos proprietários, ao questionarem o laudo de improdutividade de suas terras, realizado pelo Incra, e alegando que o valor recebido pela desapropriação é insuficiente.

Segundo o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, em declaração ao jornal O Globo, os entraves judiciais dessas áreas custam ao órgão federal pelo menos R\$ 485,5 milhões, mais da metade do orçamento anual do Instituto, de R\$ 720 milhões. A meta do Incra para este ano é assentar 30 mil famílias, total que poderia ser beneficiado com os imóveis que estão parados nos tribunais.

Tais impasses fazem com que as áreas fiquem com a situação jurídica indefinida por anos. Para Nilcio Costa, militante e advogado do MST, se não fossem esses empecilhos, as desapropriações das áreas seriam rápidas.

“Sem obstáculos, ao receber a petição, o juiz deve imediatamente dar posse ao Incra. Em um ano, deveria ser possível desapropriar uma área. Na prática, obviamente isso não ocorre. Há casos de áreas com mais de 10 anos no Judiciário”, destaca.

Segundo Joaquim da Silva, da direção estadual do MST em Sorocaba, o Incra pouco faz para pressionar o Judiciário e agilizar a situação dessas áreas. “Na nossa avaliação, quem deveria ter essa articulação com a Justiça é o Incra, já que ele é parte interessada. Mas vemos também muito corpo mole por parte dos responsáveis da instituição”.

Acampamentos

Enquanto os impasses no Judiciário continuam, mais de 150 mil famílias vivem em condições precárias nos acampamentos. Um exemplo é o acampamento Santa Maria da Conquista, em Sorocaba, que tem seis anos.

“Cinquenta famílias acampam em frente à fazenda. Já tivemos oito despejos na beira da estrada. Tem uma área da companhia de luz que é bem em frente à fazenda. Então quando somos despejados da estrada, vamos para essa área, e quando tem um despejo da companhia voltamos para a estrada, e por aí vai”, diz Joaquim.

A área de 700 hectares já foi desapropriada e paga pelo governo federal, mas se encontra desde 2007 na 2ª Vara de Sorocaba. O proprietário contesta o laudo de improdutividade do Incra, sendo que a vistoria do instituto demonstrou que as terras estavam abandonadas há nove anos.

Uma reunião de conciliação irá ocorrer no dia 5 de junho para tentar resolver a situação do acampamento. Além dessa área, o MST reivindica mais duas áreas na região, a da fazenda Sapituva e a Ligiane, que desde de 2003 se encontram igualmente travadas no Judiciário.

Joaquim conta que as famílias vivem num clima de tensão com a lentidão. Os Sem Terra acampados, que poderiam estar produzindo no assentamento, vivem de trabalhos temporários e com cestas básicas distribuídas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

“É uma agonia muito forte, primeiro porque moramos debaixo de uma rede de alta tensão, que passa pela beira da estrada, de 40 mil volts. É um risco grande que

corremos. Estamos há anos nessa situação de pressionar por meio de lutas, sermos despejados e refazer o acampamento”, conta Joaquim.

Essas áreas são apenas exemplos de diversas situações semelhantes que acontecem por todo país, tendo como principal responsável a forma como o Poder Judiciário trata com a Reforma Agrária.

“Todos os processos de vistoria do Incra são questionados. E os juízes tem sido excessivamente cuidadosos em atender os interesses e as ações dos proprietários”, afirma Nilcio.

MDA capacita agricultores capixabas para acessar políticas fundiárias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/05/2013

Agricultores familiares da região norte do Espírito Santo participaram de um seminário de regularização fundiária em Ecoporanga, a 315 km da capital Vitória. Promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (Fetaes), o evento capacitou beneficiários da titulação de terras para se inserirem no Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária da Secretaria de Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA) e acessar políticas públicas.

Este é o primeiro encontro de gerenciamento da estrutura fundiária dos municípios da região norte do estado. Participaram do evento os municípios de Água Doce do Norte, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Vila Pavão e Ecoporanga, onde o MDA desenvolve um trabalho de levantamento e cadastramento de terras. Para o delegado federal do ministério no Espírito Santo, Josean Vieira, o programa promove a democratização do acesso à terra. “Água Doce do Norte foi o primeiro município capixaba contemplado. Lá, 480 famílias já estão sendo atendidas”, afirma o delegado.

O programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária é uma ação social que propicia aos agricultores familiares a segurança jurídica da posse do imóvel onde produzem. A partir deste mês, a ação se estende aos outros quatro municípios. “Esses eventos são essenciais não só para divulgar o programa, como para orientar as famílias. Após a titulação, elas podem tirar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e acessar outras políticas. Muitos não as conhecem”, explica Vieira.

Parceria

A perspectiva é de que além das famílias que já possuem o título, novas famílias já iniciem o processo para ter o documento. “A parceria dos governos federal e estadual vai permitir o georreferenciamento de quase oito mil imóveis em quatro municípios da região norte do Espírito Santo”, explica o secretário de Regularização Fundiária do MDA, Adhemar Lopes. “Temos estimativas de que vão ser identificadas próximo de duas mil propriedades em que os atuais ocupantes ainda não tem o título”, afirma.

RN: Incra realiza nova vistoria que agiliza e qualifica criação de assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/05/2013

O imóvel Pedra Branca, localizado no município de São Pedro do Potengi (RN), foi o primeiro no Rio Grande do Norte a ser vistoriado com base nas três novas portarias publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que simplificam os procedimentos para a obtenção de terras destinadas aos assentados da reforma agrária.

Nesta segunda-feira (20), os peritos federais agrários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ailton Alexandre da Silva e Hélio José da Penha Pinheiro realizaram uma apresentação dos resultados obtidos em Pedra Branca, utilizando as exigências da nova legislação. A apresentação ocorreu na sede do Incra/RN, em Natal, e contou com a participação do superintendente regional, Valmir Alves, e de servidores de todas as divisões da casa.

Durante a realização da vistoria, os peritos verificam uma evolução considerável do conteúdo técnico, em especial, a confecção de estudos acerca da capacidade de geração de renda. A utilização de mapas temáticos baseados em imagens de satélite e da ferramenta eletrônica Quantum GIS, também despontaram como essenciais para o engrandecimento da atuação da equipe técnica e qualidade da vistoria.

"Esse foi o primeiro material desenvolvido no Estado com base nas novas exigências determinadas pelas Portarias nº 5,6 e 7, do MDA. Podemos comprovar que tal legislação é importante para qualificar melhor as peças técnicas indispensáveis ao processo de desapropriação", afirmaram os dois peritos federais.

PORTARIAS

A Portaria nº 7, dispõe sobre a determinação de valores máximos pagos por família que o Incra está autorizado a executar em processos de desapropriação ou compra e venda de áreas destinadas a esse público. Na região Nordeste, por exemplo, no bioma da Caatinga (que atende o RN), o valor máximo do imóvel, por família, não pode ultrapassar R\$ 40 mil. Já a de nº 5, trata dos procedimentos administrativos para o rito de obtenção de imóveis rurais, para fins de reforma agrária. De acordo com a portaria de nº 6, o Incra priorizará regiões e áreas onde a concentração fundiária esteja associada à pobreza extrema e à baixa produtividade. As ações do Instituto vão se basear na organização territorial, e não apenas em demandas específicas.

Trabalhadores rurais cobram reforma agrária em protesto em Brasília – Folha de São Paulo, Poder. 22/05/2013

Vestidos com túnicas pretas e segurando bandeiras, trabalhadores rurais de todo o Brasil participaram nesta quarta-feira (22) do 19º Grito da Terra Brasil, uma passeata pela Esplanada dos Ministérios.

Entre as principais reivindicações apresentadas pelos manifestantes estão a reforma agrária e o combate à violência no campo. Eles defendem também melhoria na saúde pública e na educação.

Durante a marcha, os manifestantes fizeram um ato em frente ao Ministério do Trabalho para cobrar a regularização de alguns sindicatos. Segundo o vice-presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Willian Clementino, sem o registro os sindicatos perdem o direito de fazer negociações e acordos coletivos de trabalho e não podem cadastrar os assegurados especiais na Previdência. "Mais de mil sindicatos já solicitaram o registro", disse.

Em frente ao STF (Supremo Tribunal Federal), os manifestantes fizeram um minuto de silêncio deitados em protesto aos trabalhadores rurais assassinados no campo.

Segundo o presidente nacional da Contag, Alberto Ercílio, a pauta de reivindicações entregue à presidente Dilma Rousseff no dia 24 de abril, diz respeito a 15 ministérios. "É uma pauta muito ampla. Tem muita coisa para ser vista pelo governo federal."

À tarde, os líderes da manifestação vão se reunir com um grupo de ministros para discutir as reivindicações. "Devemos ser realistas. Há políticas que já estão caminhando e outras que estão longe de serem concretizadas, mas estamos otimistas", disse Ercílio.

Cerca de 200 policiais trabalharam no controle do protesto. Para a Polícia Militar, o número de manifestantes não passou de 4.000. A organização do 19º Grito da Terra Brasil, no entanto, informa que cerca de 5.000 trabalhadores participaram do movimento.

Conama retira a obrigatoriedade de licenciamento prévio dos assentamentos da reforma agrária – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 23/05/2013

O 19º Grito da Terra Brasil contabiliza mais uma conquista. Após muita negociação, foi possível aprovar no plenário do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), no dia 22 de maio, dia da mobilização do GTB, a retirada da obrigatoriedade de licenciamento prévio dos assentamentos da reforma agrária, com a derrubada da Resolução 387/2006 que criava uma série de exigências.

Dos 6.855 assentamentos do Incra, foram licenciados 1.831. A medida aprovada equaciona o problema de 5.024 que, sem licenciamento ambiental, impedia os assentados (as) de acessar as políticas públicas.

Pela nova resolução, os empreendimentos de infraestrutura e das atividades dos assentamentos antigos passíveis de licenciamento poderão ser feitas por procedimentos simplificados constituídos em documento único e serão feitos pelo Incra. Dessa forma, também foi retirada a emenda que previa a elaboração de Relatório Ambiental Simplificado, como forma de facilitar a regularização ambiental.

Conforme compromisso da ministra Izabella Teixeira, dentro do prazo de 60 dias será constituído um grupo de trabalho, com a participação da CONTAG e de secretários estaduais de Meio Ambiente, a fim de discutir e elaborar propostas para aprimorar e facilitar o licenciamento ambiental dos assentamentos.

Para o secretário de Meio Ambiente da CONTAG, Antoninho Rovaris, essa decisão do Conama foi um grande avanço. “Até então, tínhamos muitos entraves que impediam que os assentamentos pudessem ter acesso às políticas públicas.” Segundo o dirigente, a CONTAG foi fundamental nesse processo ao apresentar a real situação dos assentamentos durante audiência com a presidenta Dilma Rousseff. “Então, consideramos que este foi um avanço importante e esperamos que o próprio Incra e o governo possam fazer com que os processos de regularização ambiental dos assentamentos da reforma agrária, tantos os antigos quanto os novos, possam deslanchar no Brasil”.

Incra conquista posse de novos imóveis e avança na consolidação de território quilombola em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/05/2013

O Incra assegurou, na manhã desta quinta-feira (23), a posse de quatro novos imóveis, que serão destinados à criação de um território quilombola no Baixo São Francisco, em Sergipe. Os sítios Faveira, Saco da Faveira, Serraria e Serraria I, localizados no município de Amparo do São Francisco, tiveram sua posse imitada em favor da autarquia federal e serão incorporados ao território da comunidade quilombola de Lagoa dos Campinhos.

Fruto de um decreto assinado em 2009 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a área que compõe o futuro território quilombola era ocupada por 21 imóveis particulares. Dentre esses, 13 tiveram sua posse revertida ao Incra e outros oito aguardam decisões de ações já ajuizadas pela autarquia.

“Com a conquista desses novos imóveis, asseguramos a posse de cerca de 85% da área total do território. É uma marca importante, que demonstra o empenho do Incra em consolidar uma área para o desenvolvimento da comunidade”, afirmou a chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra/SE, Tânia Aciole Bomfim.

Com uma área total prevista de 1.263 hectares, o território de Lagoa dos Campinhos encontra-se em fase de desintrusão e titulação. “Sabemos da importância de promover o acesso à terra, definindo um território para o desenvolvimento das famílias quilombolas. Por isso, seguiremos trabalhando muito para garantir novos avanços como esses em Lagoa dos Campinhos”, enfatizou o superintendente do Incra em Sergipe, Leonardo Góes.

Atividades produtivas

Localizada às margens do Rio São Francisco, a comunidade de Lagoa dos Campinhos vive por meio da manutenção de atividades como o cultivo de milho, feijão e mandioca, da criação de peixes e pequenos animais, além do desenvolvimento das pecuárias de corte e leiteira (com um rebanho de cerca de 600 cabeças).

Composta por 103 famílias autorreconhecidas como remanescentes dos antigos quilombos, a comunidade foi, ao lado de Mocambo, a primeira em todo o estado de Sergipe a ter a área do seu território reconhecida e definida em decreto presidencial.

Terra Legal entrega 300 títulos a agricultores da fronteira durante Rondônia Rural Show – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/05/2013

Os primeiros 300 títulos definitivos de posse de terra serão entregues, para agricultores familiares que moram dentro da faixa de fronteira, nesta sexta-feira (24), dentro da programação do 2º Rondônia Rural Show. Com o título da terra, assegurado pelo programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os agricultores podem acessar as políticas públicas desenvolvidas pelo ministério.

A entrega vai beneficiar agricultores dos municípios de: Nova Brasilândia d'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, São Francisco do Guaporé e Costa Marques. Pelo fato de estarem dentro da faixa de fronteira - faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira, na qual abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios –, a emissão de títulos para agricultores destes municípios só foi possível devido à mudança na legislação implementada no ano passado.

Com a alteração o processo de assentimento do Conselho de Defesa Nacional (CDN) foi simplificado, sendo possível inclusive o assentimento de glebas inteiras. Antes, a permissão do conselho era realizada processo a processo - o que exigia tramite em Brasília de um grande volume de documentos. Com as alterações, o CDN pode autorizar o repasse de áreas da União à agricultores e municípios, de forma totalmente digitalizada, consultando dados disponibilizados pelo Terra Legal.

Programa Terra Legal Amazônia

Criado em 2009 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa Terra Legal Amazônia tem como meta resolver os problemas de regularização fundiária Amazônia Legal. Seu objetivo é a regulamentação de terrenos ocupados por posseiros em terras públicas federais chamadas de "não destinadas". Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores de agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento

do Terra Legal. Os benefícios do Programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade de agricultores familiares.

Ao receber o título de posse do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

SP: Decisão do STJ impede despejo de famílias em fazenda desapropriada pelo Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/05/2013

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu, em decisão publicada hoje (24), a retirada de 81 famílias de trabalhadores rurais sem terra da fazenda Portal do Paraíso, em Gália (SP), que havia sido determinada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). O Incra foi imitado na posse do imóvel pela 1ª Vara Federal de Marília em outubro de 2012 e autorizou a entrada das famílias na área por medida de segurança, já que elas se encontravam acampadas à beira da estrada.

Mas o proprietário da fazenda entrou com agravo de instrumento em segunda instância, buscando postergar a imissão na posse sob alegação de que os valores pagos a título de indenização no processo de desapropriação não correspondiam à realidade. Assim, em 18 de março deste ano, o TRF3 determinou a retirada das famílias e concedeu prazo de 10 dias para cumprimento da decisão.

O Incra recorreu ao STJ, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), alegando que, de acordo com a Lei Complementar 76/93, a chamada "lei do rito sumário", a imissão na posse precede a discussão dos valores em razão da urgência na implementação da reforma agrária prevista na Constituição Federal. O ministro presidente do STJ, Felix Fischer, acatou a argumentação e declarou, em sua decisão, que a retirada das famílias "tem a capacidade de desestabilizar a paz social, podendo comprometer, portanto, a incolumidade física dos agentes envolvidos nesse cenário".

Continuidade

A decisão do STJ pode ser consultada no endereço eletrônico www.stj.jus.br (o número do processo é SLS 1517). Agora, a Superintendência Regional do Incra em São Paulo pode dar continuidade ao processo de criação do assentamento. O órgão aguarda apenas a concessão de licença ambiental pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) para dar início ao processo de seleção de famílias a serem assentadas.

AGU e Procuradoria Especializada do Incra garantem rito sumário em desapropriação na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/05/2013

A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto (PFE/Incra) e a Procuradoria

Federal no Estado da Bahia (PF/BA) ajuizaram ação de desapropriação da Fazenda Oriental, no município de Wenceslau Guimarães/BA, pleiteando a transferência do domínio do imóvel para o Incra e liminar assegurando o direito de posse da autarquia.

Os procuradores das duas entidades vinculadas à Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiram afastar condições judiciais impostas para que o Incra tomasse posse de imóvel desapropriado para reforma agrária, assegurando cumprimento da Lei Complementar nº76 de 1993, que estabelece o rito sumário de desapropriação de imóveis rurais, primeiro passo para a criação de assentamentos rurais.

Os procuradores alegaram a necessidade de implantação da política pública voltada à reforma agrária na região e, em consequência, o assentamento de famílias de trabalhadores rurais como medida de pacificação social imediata.

O magistrado de primeira instância que analisou o caso condicionou à posse do imóvel à comprovação de publicação do edital para conhecimento de terceiros e depósito de honorários periciais provisórios. As unidades da AGU, no entanto, contestaram que não havia previsão legal para a exigência destes procedimentos.

Afronta à LC 76/1993

Em recurso apresentado no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), as procuradorias sustentaram que a decisão da primeira instância afrontava a Lei Complementar 76/1993. Alegaram, ainda, que haveria atraso na desapropriação, causando lesão à ordem administrativa e graves prejuízos sociais para os destinatários finais do programa de reforma agrária.

As procuradorias enfatizaram que a Lei Complementar nº 76/1993 determina, no artigo 6º, inciso I, que o juiz deve introduzir o autor da ação, no caso o Incra, na posse do imóvel no prazo de 48 horas após despachar a petição inicial, sem qualquer elemento condicionante.

Concordando com os argumentos da AGU, o TRF1 concedeu o recurso para o cumprimento da ação de desapropriação e autorizando o Incra a ingressar na posse do imóvel. A decisão destacou que a exigência dos documentos feita pelo juízo de primeiro grau era "despropositada" e que o ato poderia interferir nas razões de conveniência e oportunidade da administração pública para fins de reforma agrária.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa
